



## “Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

**Eixo temático:** Política Social e Serviço Social

**Sub-eixo:** Política de Educação

**O ENSINO, A PESQUISA E A EXTENSÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA:** a experiência e a resistência de um jovem projeto universitário em tempos de ensino remoto

SIMONE ELIZA DO CARMO LESSA <sup>1</sup>  
SUELEN DANTAS DA SILVA <sup>2</sup>  
GABRIELA CAROLINA MENDES MORELLO <sup>2</sup>  
ANA CLAUDIA DA SILVA DE ARAUJO <sup>2</sup>  
BRENA DA SILVA FERREIRA <sup>2</sup>

### RESUMO

Apresentamos reflexão sobre atividades de ensino, pesquisa e extensão realizadas com estudantes trabalhadoras de Serviço Social durante a pandemia, em uma universidade pública, quando estávamos em isolamento social. Nosso objetivo é resgatar a memória destas experiências marcadas pelo aprendizado e pela resistência, em tempos de COVID19, de ensino remoto emergencial e de negacionismo governamental, que tanto afetaram as práticas educacionais.

**Palavras-chave:** Ensino, Pesquisa, Extensão, Pandemia, Serviço Social

### ABSTRACT

We present a reflection about teaching, research and extension activities carried out with students workers in Social Work during the pandemic, at a public university, when we were in social isolation. Our goal is to rescue the memory of these experiences marked by learning and resistance, in times of COVID19, emergency remote teaching and government denialism that affected educational practices so much.

**Key words:** Teaching, Research, Extension, Pandemic, Social

---

1 Professor com formação em Serviço Social. Universidade Do Estado Do Rio De Janeiro

2 Estudante de Graduação. Universidade Do Estado Do Rio De Janeiro

## **INTRODUÇÃO:**

A universidade pública tem em seu eixo estruturador a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, como associação fundamental para a construção da qualidade formativa. Tal articulação deve viabilizar uma formação de horizonte amplo, científico, complexo e crítico para responder às demandas da realidade. Também sabemos que usufruir da universidade em todas as suas possibilidades – participando além das ações citadas, de atividades culturais, esportivas, de lazer, políticas – é algo complexo, visto que conciliar a formação com condições de vida e trabalho intensos, pode ser um grande desafio, especialmente em um curso noturno. No presente texto queremos trazer a discussão sobre as atividades de pesquisa, extensão e ensino durante a pandemia.

Ter um grupo de pesquisa atuante, em um curso exclusivamente noturno, com significativo número de estudantes mulheres trabalhadoras formais e informais, cotistas, demanda estimular sua permanência. Essa tarefa não é simples e ainda está em construção na cultura das instituições formadoras, especialmente, após a estruturação da política de cotas e de assistência estudantil. Entendemos que a permanência com qualidade é uma experiência complexa que solicita suporte financeiro, pedagógico, psicológico, valorização de redes de convivência, de espaços de pertencimento e de identidade. Entendemos que a participação em grupos de pesquisa e extensão, com bolsa, favorece a permanência do ponto de vista financeiro e pedagógico, além de estimular o pertencimento e o encontro.

Temos construído o NEEAE – Núcleo de Estudos da Educação e da Assistência Estudantil -- desde 2016, pensando na política de Educação, com destaque para acesso e permanência, estudando as cotas e a assistência estudantil. Neste percurso buscamos articular ensino, pesquisa e extensão, dando prioridade a estudantes trabalhadoras dos primeiros períodos da graduação, momento em que as dúvidas sobre a profissão escolhida e a universidade podem ser significativas. Entendemos que estar em um grupo de pesquisa e de extensão nos momentos iniciais da formação, pode ser um momento importante para qualificar a permanência.

Na pesquisa temos pensado a assistência estudantil como política fundamental em um país com grande desigualdade. Defendemos a educação pública, laica e de qualidade, em

especial para a juventude pobre, historicamente estimulada a buscar o trabalho, em detrimento da formação (CIAVATTA, ).

No campo do acesso, por meio da extensão, desenvolvemos atividade denominada “Alcançar o Cotista” e dialogamos com pré-vestibulares comunitários e estudantes da rede pública sobre a política de cotas, entendendo-a como direito humano construído com muita luta. Trabalhamos, ainda, sua estrutura e demandas contidas em seus editais. Ambas as atividades se articulam, impactando no ensino, visto que estudantes que usufruem de experiências extracurriculares podem ter desempenho melhor em sala de aula, como observamos em nossa experiência profissional. Entendemos que falar, articuladamente, de acesso e de permanência com qualidade é fundamental, especialmente em um país em que o direito à educação é um fenômeno tardio, frágil e incompleto.

Estamos na segunda formação de estudantes-pesquisadores do NEEAE que é, hoje, composto por uma assistente social docente e cinco alunas da Graduação em Serviço Social, entre bolsista de Iniciação Científica, de Extensão e voluntárias (algumas cotistas)<sup>3</sup>. Entendemos que a bolsa é fator relevante na permanência dessas estudantes, assim como é o apoio pedagógico, o aprendizado e o trabalho coletivos, proporcionado pelo grupo. Todas as estudantes se comprometeram com a pesquisa, à princípio, em função do interesse pelo tema abordado e como forma de ampliação de conhecimento. Os estudos sobre acesso e permanência na Educação Superior motivam o grupo, visto expressam conteúdos que dialogam com as suas próprias trajetórias de vida.

Neste sentido, como é peculiar no campo das Ciências Sociais, somos sujeitos pesquisadores em interlocução e intensa aproximação do objeto estudado. Somos sujeitos e objetos da pesquisa, como nos diz Prates (2012). Além de tudo, somos todas mulheres em nossas múltiplas jornadas de vida e trabalho, ampliadas pelo contexto de isolamento social (CEPAL, 2020).

Feita a introdução do artigo e a apresentação do NEEAE, destacaremos neste texto resultados recentes do nosso trabalho: ações remotas realizadas durante a pandemia. Falaremos de nossos encontros, grupos de estudos, participação em atividades acadêmicas, sobre nosso Projeto Nossa Pandêmica Vida Acadêmica (NPVA) e as atividades do Alcançar o Cotista. Nosso objetivo é resgatar a memória destes tempos

---

<sup>3</sup> Nossas duas ex bolsistas estão cursando ou concluíram pós graduação *stricto sensu*. Uma delas está atuando na profissão.

desafiadores, em que o aprendizado se deu imerso em grandes dificuldades e limitações. Reconhecemos os limites impostos pelo trabalho remoto, mas também queremos dizer que dentro das possibilidades, sobrevivemos, criamos e aprendemos. Por isso, queremos ressaltar: tudo que foi feito tem um nome: resistência.

## **DESENVOLVIMENTO: A PANDEMIA COMO FENÔMENO SOCIAL**

Entendemos que a pandemia é uma manifestação de uma sociedade capitalista complexa, madura, em busca permanente por expansão de mercados, que degrada a natureza, não respeita a vida, invade territórios, sempre em nome de super-lucros e pela manutenção da ordem atual. Assim, problemas no campo da política social e da economia são potencializados e aprofundam desigualdades, desproteção, concentração de renda, poder, informação, ampliando as expressões da questão social, criando novas delas.

Por isso, queremos começar argumentando que a pandemia, além de um fenômeno do campo biológico é também social, visto que impacta na vida segundo a condição de classe, gênero, de raça e de idade. Assim, a depender de suas condições de vida enquanto classe trabalhadora, sua cor de pele e se você é idoso ou mulher, as repercussões da pandemia poderão ser mais intensas e degradantes. Portanto, as vidas perdidas, as sequelas da COVID19 e as dificuldades daí decorrentes têm cor e classe social.

Além disso, é preciso considerar a pífia abordagem da pandemia pelo poder público. Em se tratando do Brasil, é preciso falar de negacionismo governamental, visto que houve evidente minimização do fenômeno da pandemia, de seus riscos à saúde pública, da necessidade de vacinação e de isolamento social.

Também é preciso falar do ultraneoliberalismo expresso no desfinanciamento de políticas públicas, na superexploração da força de trabalho e na associação ao neofascismo, assim como por meio de ações “austericidas” que atacam mesmo ações fundamentais como a Assistência Social (BOSCHETTI e BEHRING, 2021) e a Saúde (JORNAL DA USP, 2020),

O que se viu foram condutas negacionistas e desarticuladas que permitiram que 120 mil mortes evitáveis com medidas não farmacológicas ocorressem, somente no primeiro ano da pandemia (CONEXÃO UFRJ, 2021). Foi um momento caótico, mórbido, de muitas incertezas e receios em função do desconhecimento do Coronavírus e pela má gestão.

Usando os termos de Schwarcz e Starling (2015) o Estado atuou como uma máquina de matar gente.

Decerto, é preciso reconhecer que o vírus contamina, adocece e produz óbitos em números expressivos<sup>4</sup>, mas atinge de maneira mais intensa aos mais pobres, pretos, moradores de favela, mulheres chefes de família, desempregados e trabalhadores informais, aqueles que moram e trabalham precariamente, para quem o isolamento que a epidemia demanda é impossível, além dos idosos mais empobrecidos, com doenças crônicas e dificuldades no acesso à saúde pública. Assim, podemos afirmar que os mortos pela COVID19 têm cor, gênero, idade, classe social (FIOCRUZ, 2020).

Na educação medidas de isolamento social foram adotadas, de forma emergencial. Assim, instituições de formação foram fechadas e utilizaram estratégias inspiradas no modelo Educação a Distância (EaD), sem que existissem condições técnicas e de trabalho para educar remotamente. Usamos o termo “inspiradas”, pois o Ensino Remoto Emergencial (ERE) não é sinônimo de EaD e foi concebido para responder às urgências de prover aulas diante de uma doença contagiosa que impedia o convívio social.

Esta realidade para qual nem docentes e nem discentes estavam preparados ou receberam suporte adequado para tanto, bateu às portas da vida cotidiana em março de 2020. Diante de tal fato, em um país extremamente desigual, o ERE experimentou situações adversas, influenciadas pelas condições de vida e trabalho de alunos, professores, territórios onde vivem, do funcionamento das instituições a que se vinculam e das políticas de assistência estudantil implementadas (algumas, tardiamente) naqueles espaços. Lucram as empresas que vendem plataformas de comunicação e de execução de aulas remotas, perdem estudantes que veem suas condições de aprendizado rebaixadas.

Este quadro se soma a uma política educacional que foi estruturada de forma tardia, implementada de modo desigual em seus diferentes níveis de ensino, o que determina que territórios mais pobres tenham instituições de mesmo tipo, ou seja, com condições bastante precárias de funcionamento, quadro que foi aprofundado com a crise sanitária. Neste sentido, falar em prevenção à pandemia em escolas sem água potável e sem banheiro, com turmas lotadas e sem condições para distanciamento, é no mínimo, inadequado.

---

4 Segundo a Agência Brasil, consolidando dados de secretarias municipais e estaduais de saúde 683.851 brasileiros morreram em função de COVID19 até o dia 31/08/2022.

Tem sido necessário problematizar as condições de vida dos alunos para pensar suas possibilidades de acesso às aulas remotas, a viabilidade da permanência e da aprendizagem de qualidade, além das consequências deste processo, como o abandono escolar, a baixa frequência, reprovações, lacunas na aprendizagem e a percepção de que as dificuldades experimentadas são problemas individuais.

Decerto, a aprendizagem não presencial, com imensa limitação para o diálogo, em condições de vida precarizadas, empobrecidas, em permanente tensão em função do adoecimento e do medo da morte, precisa ser complexificada, visto que aprender não é um fenômeno individual. Além disso, importante dizer que os problemas não dizem respeito somente à permanência; também o acesso tem sido impactado. Dados do ENEM (2021) revelam a queda no número de inscritos para a prova.

“Na edição de 2020, 52% dos entrevistados disseram não ter a pretensão de realizar a prova. Ao final, 73% não se inscreveram. Neste ano, o número de desinteressados apresenta-se menor (45%), mas o que chama a atenção é o crescimento da indecisão: 29% ainda não sabem se vão fazer o exame. Entre 2020 e 2021, caiu de 33% para 25% o número de jovens que estão conseguindo estudar e aumentou de 56% para 74% aqueles preocupados com o desempenho” (AGÊNCIA SENADO, 2021).

Buscando responder a estas questões as universidades públicas em todo o país pensaram programas e auxílios emergenciais para garantir a permanência dos estudantes. Os recursos para tanto vieram da remodelagem de programas e da transferência de recursos. Assim, diante do fechamento de restaurantes universitários e de muitas Moradias Estudantis, valores destinados a estas ações foram transferidos para compra de *chips* para internet, computadores e tablets.

A Universidade do Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, em 2020, estruturou a Pró-Reitoria de Políticas e Assistência Estudantis (PR4). Entre 2020 e 2022, na universidade estadual, vem sendo implementados diversos programas e auxílios para atender às diferenciadas demandas enfrentadas pelos estudantes da graduação e pós da instituição. Tais programas envolvem auxílio moradia, creche, transporte, alimentação, inclusão digital e bolsa.

Há que se destacar a relevância e inovação desta estrutura, demanda estudantil de longa data e, ao mesmo tempo, as lacunas que ainda precisam ser abordadas: faltam suportes

para não cotistas, maior transparência nas ações, mais controle social, mais recursos e mais diálogo presencial com estudantes. Além disso, é preciso identificar as lacunas educacionais deixadas ou ampliadas pela pandemia, o que pode solicitar a organização de políticas específicas. Há muito por fazer.

Também na rede federal ocorreu o remanejamento de recursos, na intenção de prover políticas para acesso às atividades remotas. No entanto, o desfinanciamento da educação pública é uma realidade, especialmente no âmbito federal. Assim, em 2022 14,5% das verbas destinadas à rede foram bloqueadas pelo governo federal (ANDIFES, 2022), sob alegação de crise e de necessidade de provimento de aumento aos servidores públicos. Assim, podemos afirmar que houve estruturação de políticas de assistência estudantil para acesso às aulas remotas, mas o desfinanciamento da educação pública foi um limitador deste processo, diante de uma rede em que número significativo de estudantes possuem renda *per capita* de até 1,5 salários mínimos, como no caso da rede federal (FONAPRACE, 2018). Portanto, os filhos da classe trabalhadora chegam a uma universidade em precarização e em desfinanciamento.

Por fim, podemos falar da combinação da pandemia abordada de modo emergencial e precária, associada ao desfinanciamento de políticas sociais, ao negacionismo e ao neofascismo. Sobram mortes, falta proteção à vida e tudo isso repercutiu na formação.

## **2.1 – SOBREVIVENDO E BUSCANDO APRENDER NA PANDEMIA**

Neste item vamos dialogar sobre nossas atividades durante o momento de aprendizado remoto. Primeiro, precisamos dizer que estivemos ativos ao longo de todo ano de 2020 e 2021, antes da retomada das aulas, diante de tantas incertezas. Não há nenhum heroísmo neste processo. Vivenciávamos muitas dificuldades, mas entendíamos que nos encontrar e estudar, mesmo que remotamente, era positivo e nos fortalecia. Assim, nossos encontros remotos eram espaços de escuta, de trocas e de solidariedade para além da pesquisa e da extensão e isso foi essencial. Fomos todas impactadas pelo isolamento, pelo medo do adoecimento, pela necessidade do autocuidado e da atenção às nossas famílias e amigos.

Assim, diante de um quadro que envolve pandemia, ensino remoto, precarização da vida e banalização da morte, nosso grupo sentiu necessidade de dialogar com estudantes da

nossa unidade de formação. Para tanto, foi criado o projeto Nossa Pandêmica Vida Acadêmica, NPVA, que teve como objetivo encontrar e ouvir estudantes da FSS no final do primeiro semestre letivo de 2020, em relação à pandemia, acolhendo e encaminhando demandas trazidas pelo grupo e dialogando sobre permanência. O projeto foi desenvolvido em parceria com o PROAFRO, NEEAE e o Projeto de Extensão Alcançar o Cotista.

Pretendíamos entender os desafios da vida acadêmica para estudantes da FSS e suas condições para a aprendizagem e a permanência. Ou seja, projeto NPVA é resultado das reuniões e grupos de estudos que promovemos durante o período pandêmico. A partir das nossas vivências, identificando as nossas próprias dificuldades, dialogando entre nós e ouvindo outros estudantes que não fazem parte do nosso grupo, fomos sensibilizadas a questionar como a pandemia estava impactando nas condições educacionais em nossa unidade. Essa foi nossa primeira pergunta motivadora.

O NPVA nasce, portanto, com a intenção de debater com estudantes da FSS suas condições, dificuldades e estratégias de se manterem na universidade no cenário pandêmico. Como estavam suas condições de vida e como estas impactavam no acesso à educação remota, foram também, perguntas motivadoras. Queríamos ouvir suas realidades, oferecendo orientação social para que não se sentissem sozinhos, imersos em situações de aparência individual, mas que eram sim, coletivas. Portanto, trabalhar a dimensão coletiva das condições de acesso e permanência era o nosso objetivo.

Desta forma, como atividade de perfil operativo, no NPVA disponibilizamos redes de recursos no campo da saúde mental -- gratuito ou pagando bem pouco -- e fizemos orientação sobre a Assistência Social e para organização de estudos. Além disso, encaminhamos situações específicas à Pro-Reitoria de assistência estudantil.

Isto posto, passemos a apresentar breve panorama sobre o NPVA. Realizamos 03 encontros virtuais denominados “Nossa Pandêmica Vida Acadêmica” em novembro de 2020, maio e setembro de 2021. Essa é uma iniciativa do NEEAE que congrega uma docente e 5 estudantes de graduação em Serviço Social, duas delas, bolsistas. Somos um grupo de pesquisa e extensão que conta com estudantes trabalhadoras e investigamos a política educacional, com ênfase nas experiências de acesso, permanência e a organização das políticas de assistência estudantil.

O NEEAE, nesse contexto, ficou sensibilizado para ouvir estudantes da unidade, suas



preocupações com o ERE, com o futuro incerto (sem vacina em 2020 e, posteriormente, com vacinação lenta) e seus rebatimentos na trajetória acadêmica e social do corpo discente. Assim, mobilizadas pelas próprias condições das estudantes pesquisadoras durante a pandemia -- fomos pensar condições de permanência no contexto do ERE.

Os encontros foram remotos, divulgados via redes sociais do NEEAE e nas turmas virtuais. Fizemos inscrição prévia por meio de um formulário do *google docs*, na intenção de identificação do número de interessados e de traçar seus perfis brevemente.

Os dados apresentados são oriundos destes documentos e dos registros das reuniões. O aprendizado para a realização das atividades remotas, à princípio, foi feito de forma solidária entre docentes e discentes, onde quem sabia um pouco mais, ensinava aos demais. Verificamos que as estudantes assistiam aulas, em sua maioria, por meio de celular. Destas, 54% o faziam por aparelho próprio, indicando complexas condições para aprendizado com um instrumento não apropriado para aulas, leituras, entregas dos trabalhos e realização de provas. Os dados nos mostram que a maioria dos estudantes não tinha computador. Para os 46% que possuíam celular dividido com outro familiar, as condições de acesso, aprendizado e permanência nas aulas eram ainda mais difíceis.

Outro dado observado é que que 27% do alunado da FSS, em 2020, puderam contar com *chip* de acesso à internet disponibilizado pela Pró Reitoria de Políticas e Assistência Estudantil (PR4), que abriu, um mês antes do início das atividades curriculares, o primeiro edital sobre o Programa de Auxílio Inclusão Digital. Também 27% das alunas declaram que conseguiam assistir às aulas sincronamente, o que pode facilitar a interação com a turma, docentes e o diálogo sobre dúvidas. No entanto, o número era bastante baixo, revelando dificuldade da grande maioria na adesão à rotina de horário das aulas, regularmente, o que impacta na organização do tempo para estudar. Em outras palavras se não há condições para assistir às aulas em horário regular, isso pode transformá-las em atividade excepcional.

Assim, é importante ressaltar que se trata de número (27% acima descrito, no ano e 2020), ainda baixo de estudantes alcançadas por esta política, especialmente em uma unidade que tem o ensino noturno como marca e que recebe estudantes de bairros periféricos. Dos participantes no Nossa Pandêmica Vida Acadêmica, 54% se autodeclaram pretos e pardos, 36% afirmam trabalhar, conciliando essa atividade com os estudos.

Para além do baixo número de alunas atingidos pela política de acesso à internet, reconhecemos a importância dos *chips* disponibilizados, sem ignorarmos os diversos obstáculos que foram encontrados nesse caminho, como por exemplo a instabilidade apresentada pela internet, especialmente em territórios mais distantes da região metropolitana do Rio de Janeiro.

Verificamos que, em 2021, diante da ampliação do referido programa de assistência estudantil, o número de estudantes que utilizavam o *chip* cresceu para 54% (bem mais alto do que em 2020, mas ainda longe de alcançar a totalidade de estudantes da unidade). Entendemos que este número é ainda frágil e está relacionado com a focalização destas ações nos cotistas, em 2020. Além disso, os problemas com a fragilidade da rede na região metropolitana permaneceram, bem como as dificuldades em assistir às aulas de maneira síncrona (60% das estudantes, em 2021, declaravam fazê-lo).

Outro dado levantado dizia respeito ao impacto do fechamento do restaurante universitário. Muitas alunas faziam ali sua principal, mais completa refeição do dia e seu fechamento, devido à pandemia, impactou na segurança alimentar e nas condições de saúde das estudantes. Duas delas falaram sobre o tema em nosso questionário de inscrição. Diante do agravamento de situações de pobreza e de insegurança alimentar, realizamos encaminhamentos à Pró-Reitoria de assistência estudantil.

A questão da dificuldade na elaboração de trabalhos em celulares também foi apontada. Muitas estudantes não dispunham de conhecimento técnico para pesquisa, escrita e organização em formato adequado ao Ensino Superior. Além disso, a falta de concentração no ambiente remoto foi outra questão trazida pelo grupo abordado. Assim, para além das questões materiais, uma das principais queixas relatadas nas rodas de conversa do NPVA, foi a dificuldade em manter a concentração nos estudos devido a barulhos na vizinhança, agitação dentro de casa, necessidade de dividir o aparelho (celular ou computador) com outro familiar, bem como, problemas de visão que foram desencadeados ou agudizados devido a tais condições. Assim, importante ressaltar que a dificuldade para acompanhar as aulas não estava condicionada apenas aos problemas da rede, ou seja, da conexão.

Uma outra dificuldade amplamente ressaltada nos encontros foi a falta de domínio das novas ferramentas tecnológicas (tablet, computador ou celular). Estudantes afirmam que tiveram que desenvolver habilidades neste campo em tempo recorde, mas que nem

sempre tais conhecimentos têm sido suficientes.

Respondendo à demanda das estudantes – já que buscar respostas para as questões trazidas também era objetivo dos encontros -- enviamos vídeos com orientações sobre técnicas de estudos pelo computador ou celular, falamos sobre fichamentos e resumos, ressaltando que tais ações poderiam ajudar a passar por tal período de forma mais amena, longe de ser a resolução para o momento.

O debate político também esteve presente em nossa atividade: as negligências governamentais e o cenário negacionista, o ensino remoto como um elemento emergencial, mas que aprofunda dificuldades para estudantes foram temas surgidos.

No registro dos encontros mapeamos as falas recorrentes. Neste campo, um elemento destacado foi a perda de qualidade de vida devido ao empobrecimento que se expandiu durante a pandemia. Além disso, muitas de nossas alunas perderam seus empregos. Ficar em casa tornou-se um pesadelo, disseram elas. Como ficar em casa sem ter meios de subsistência? Como assistir aulas e aprender neste contexto, foram temas recorrentes.

A necessidade de cuidados com os familiares apareceu como problema em um curso eminentemente feminino. Cuidar intensamente de filhos e pais idosos tornou-se uma questão de sobrevivência e mais uma tarefa no rol de atividades das nossas estudantes. A dor do luto também foi trazida, bem como o medo do adoecimento e da transmissão da doença para um de seus familiares. Todos estes elementos impactam na saúde mental das estudantes e este que foi outro tema de destaque. Muitas estudantes falaram de ansiedade, tristeza, medo, solidão. Em resposta, disponibilizamos rede de profissionais e instituições de atendimento em saúde mental para os grupos.

Ao final da nossa atividade ficamos com a certeza da necessidade de organização de atividades de acompanhamento social e pedagógico ao corpo estudantil, na transição do remoto ao presencial. Há muito por fazer.

Outra atividade importante foram as nossas reuniões de debates e estudos. Estas foram aliadas do ensino da sala de aula e um estímulo ao ambiente acadêmico. Da mesma forma, foram espaços de escuta e de apoio em nosso pequeno grupo.

Como exemplo dos debates realizados em tais atividades, destacamos os temas ações

afirmativas, permanência estudantil, gestão e avaliação de políticas sociais. O grupo promoveu duas *lives* em 2020, com temas pensados para propiciar aos estudantes uma melhor percepção e apreensão da atuação do assistente social no campo da educação. As *lives* foram intituladas: “A atuação dos assistentes sociais nas instituições filantrópicas: educação e a prática profissional” e “A atuação dos assistentes sociais na educação pública”. Ambas foram realizadas em nossa rede de Instagram. Foi uma experiência de aprendizagem desafiadora, pois tudo foi realizado remotamente: divulgação, encontro, certificação e avaliação.

Destacamos que essas atividades fazem parte da segunda fase da nossa pesquisa sobre acesso e permanência, após a conclusão de estudo sobre a assistência estudantil fluminense, realizada juntamente com o NUMAR (Núcleo de Articulação, Mapeamento e Resistência). O NPVA é uma expressão da nossa intenção de caminhar em direção ao debate sobre permanência em tempos de pandemia – quando as lacunas educacionais anteriormente existentes foram aprofundadas -- por meio do diálogo com o corpo discente.

Importante destacar que, mesmo diante das imensas dificuldades impostas pelo formato remoto, buscamos participar de atividades acadêmicas realizadas nestas condições, como momento de aprendizado, trocas e, especialmente, de resistência. Assim, estivemos no II Seminário Internacional Serviço Social na Educação e VI Fórum Serviço Social na Educação do GEPESSE, promovido pela UNESP Franca em 2020, com o texto “Nos encontros da vida, a construção de uma reflexão coletiva: primeiros resultados dos estudos do NUMAR e NEEAE”. Também participamos da Jornada Internacional de Políticas Públicas da UFMA, em 2021 com o artigo “Assistentes Sociais e Psicólogos na Educação Básica: desafios e possibilidades nos caminhos da implementação da Lei 13935/2019”. Em 2022 participamos do IV Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: desafios contemporâneos, realizado pela UEL, com o artigo “Assistentes sociais e psicólogos na Educação Básica: desafios e possibilidades enredados nos caminhos da implementação da Lei 13.935/2019” e do CBAS a ser realizado em outubro, onde tivemos aprovação do texto “Nossa Pandêmica Vida Acadêmica: pensando e atuando sobre a permanência na educação superior no contexto da COVID-19”. Todas foram experiências remotas, mas nos esforçamos para participação, não somente dos momentos de comunicação dos nossos trabalhos, mas também das demais atividades de debate e de formação.

Outra atividade realizada na pandemia foram os encontros do Projeto Alcançar o cotista. Essa atividade foi iniciada em 2014, a partir de trabalho realizado com o Colégio de Aplicação (CAp) ligado a uma universidade pública. A necessidade do projeto surgiu a partir da verificação de que as famílias do entorno escolar desconheciam as cotas e o próprio Colégio. Iniciamos o trabalho junto a uma instituição não governamental, que oferece atividades esportivas na vizinhança da escola. Ali dialogamos com mães, irmãs e avós sobre as cotas, enquanto as crianças faziam atividades esportivas.

Na segunda fase do projeto, deixamos de falar de cotas no Ensino Fundamental e ampliamos para o Ensino Médio, dialogando sobre tal formato no Colégio Pedro II e CAp-UFRJ..

Ademais, para além das escolas, expandimos a comunicação com os Pré Vestibulares Comunitários, na tentativa de propor atividades sobre ações afirmativas. Ainda no período pré pandemia, foi realizada a roda de conversa com os alunos do SINTUPERJ.

A execução do projeto de extensão Alcançar o Cotista, nesse cenário, foi difícil. Durante o planejamento de como seguir com as propostas que vínhamos fazendo antes da pandemia e na adaptação destas para o *online*, alguns desafios foram encontrados. A primeira questão foi quanto ao estabelecimento de diálogo entre as instituições com o público-alvo que costumamos dialogar e a nossa equipe. As tentativas de contato em sua maioria, não foi exitosa. Quando essa comunicação era estabelecida e conseguíamos realizar a atividade no formato remoto, o desafio era tentar ultrapassar as limitações do *online*, como a rigidez que ele proporciona e as conexões precárias de internet dos estudantes alcançados. Outro desafio foi o de dinamizar o nosso material audiovisual para um formato em que a imagem tem grande apelo.

Durante o período remoto emergencial, foram realizadas atividades com dois pré Vestibulares Comunitários da Cidade de Deus. Realizamos atividade remota com o Instituto Arteiros, do qual uma das integrantes do NEEAE, nossa bolsista é Coordenadora. A experiência mais recente foi realizada com o Instituto Nois. Em maio de 2022 fizemos uma atividade remota para compartilhar e debater a importância das cotas para os estudantes vestibulandos. Temos uma visita guiada à universidade programada para o próximo mês com estudantes dos dois Pré Vestibulares.

## **BREVES CONCLUSÕES:**

No campo das Ciências Sociais a relação sujeito e objeto é intensa e interativa, visto que quem pesquisa pode ter condições aproximadas do pesquisado. Assim é o nosso grupo de pesquisa e extensão, formado por estudantes trabalhadoras, que precisaram se empenhar muito para ingressar e para permanecer na universidade e que pesquisam e atuam no campo do acesso e da permanência. Estes temas motivam e sensibilizam o grupo, visto que expressam conteúdos que dialogam com as suas próprias trajetórias de vida.

A pandemia nos afetou duramente, como abordado aqui. Nossos encontros tiveram significados que extrapolaram o aspecto acadêmico, pois nos apoiamos afetivamente em tempos tão difíceis. Reconhecemos os limites impostos pelo trabalho remoto, mas também queremos dizer que dentro das possibilidades, sobrevivemos, criamos e aprendemos. As atividades por nós desenvolvidas, apesar de atravessadas pelas limitações do distanciamento, tiveram a marca da resistência.

## **REFERÊNCIAS:**

AGÊNCIA BRASIL. COVID19: Brasil registra 229 mortes e 16,8 mil casos em 24 horas. Disponível em <https://agenciabrasil.etc.com.br/saude/noticia/2022-08/covid-19-brasil-registra-229-mortes-e-168-mil-casos-em-24-horas> Disponível em

<https://agenciabrasil.etc.com.br/saude/noticia/2022-08/covid-19-brasil-registra-229-mortes-e-168-mil-casos-em-24-horas> acesso em 01/08/2022

ANDIFES. Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. Basta de retrocessos. Disponível em [Basta de retrocessos - Andifes](#), acesso em 03/07/2022

BOSCHETTI, Ivanete e BEHRING, Elaine. Assistência Social na pandemia da COVID19: proteção para quem ? In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, 2021. Disponível em <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/Wbf86mT4vwX6HvnSyRy3kkD/> acesso em 01/08/2022

CONEXÃO UFRJ. Quantas mortes poderiam ser evitadas na pandemia? UFRJ, 2021. Disponível em <https://conexao.ufrj.br/2021/07/quantas-mortes-poderiam-ter-sido-evitadas->

[durante-a-pandemia/](#) acesso em 29/08/2022

FIOCRUZ. Coronavírus. Brasil mostra que é projetado para matar pobre em pandemia. Disponível em <http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/informe/site/materia/detalhe/48898>. Acesso em 14/05/2021

FONAPRACE. V Pesquisa do perfil Socioeconômico e cultural dos(as) graduandos(as) dos IFES, 2018. Disponível em <http://www.fonaprace.a.difes.org.br/site/wp-content/uploads/2019/06/V-Pesquisa-do-Perfil-Socioecono%CC%82mico-dos-Estudantes-de-Graduac%CC%A7a%CC%83o-das-U.pdf> . Acesso em 03/04/2021

JORNAL DA USP. Pandemia mostra que o teto de gastos agravou falta de financiamento do SUS. Disponível em <https://jornal.usp.br/atualidades/pandemia-mostra-que-teto-de-gastos-agravou-falta-de-financiamento-do-sus/> acesso em 01/08/2022

PRATES, Jane Cruz. O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária. Revista Textos e Contextos. 2012. Disponível em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/11647> , acesso em 11/02/2020

SCHWARCZ, Lilia e STARLING, Heloisa. Brasil: Uma biografia. São Paulo: Cia das Letras, 2015

,